

Polarização Afetiva e Polarização Ideológica: determinantes da participação política e da abstenção eleitoral

Autoras: Marcia Dias¹, Lara Germano², Marina Kuebler³ e Shamira Machado⁴.

Introdução

Os estudos sobre comportamento eleitoral analisam o fenômeno sob diversos ângulos, entre eles, procuram explicar o processo de formação da opinião política que leva o eleitor a definir seu voto em uma eleição. Nesse contexto, o não-voto pode assumir contornos analíticos restritivos, entendendo-o de forma passiva, como uma mera renúncia a participar da decisão de escolha governamental. Partimos da premissa de que a decisão pelo não-voto transcende a apatia política e pode não apenas traduzir uma insatisfação com as alternativas eleitorais, mas abarcar uma avaliação crítica com relação ao funcionamento das instituições políticas democráticas. Assim, entendemos que a abstenção eleitoral se refere à decisão consciente de um eleitor de não participar de uma eleição, seja por meio da não apresentação para votar ou pela escolha de não votar em nenhum candidato em disputa (votos branco ou nulo). Essa ausência de participação ativa é um fenômeno político relevante que pode ter consequências significativas para o funcionamento da democracia e a legitimidade do sistema político.

Identificar os fatores que estimulam ou inibem a disposição cívica para o voto é um propósito relevante em vários estudos acerca do comportamento eleitoral (Downs, 1957; Riker et alii, 1968; Ferejohn e Fiorina, 1974; Aldrich, 1993; Lijphart, 1997; Blais, 2000; Gerber et alii, 2008; Rolfe, 2012; Singh, 2021). Entretanto, não é nosso propósito mapear o campo analítico em torno dessa temática, apenas selecionar dessa literatura aspectos que importam para os propósitos desse artigo, ou seja, relacionar a polarização política à decisão do voto (ou não-voto).

A razão para trazer o tema da polarização política a um estudo acerca da abstenção eleitoral se deve principalmente à constatação de um aumento global nos níveis de polarização, evidente em várias regiões do mundo, incluindo democracias industriais avançadas na Europa

¹ Cientista política, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Projeto de pesquisa financiado pelo Programa Pesquisador Unirio Produtividade em Pesquisa (PQ UNIRIO), pelos programas de Iniciação Científica do CNPq, da Unirio e da Faperj.

² Cientista Política e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), com bolsa CAPES.

³ Cientista Política e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com bolsa FAPEMIG.

⁴ Cientista Política, economista e mestranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Ocidental, América do Norte, bem como na América Latina e na Europa Oriental (Solijonov, 2016). Esta tendência é caracterizada pelo distanciamento crescente entre partidos políticos no espectro ideológico, assim como pelo surgimento de partidos extremistas, acompanhada por um eleitorado cada vez mais polarizado em muitas das nações que fazem parte dessas regiões.

A abordagem predominante na literatura acadêmica recente sobre a relação entre polarização política e voto sugere que a polarização estimula a participação eleitoral. A polarização ideológica dos partidos produziria uma maior distinção entre suas agendas, reduzindo o custo de aquisição de informações pelos eleitores, o que tornaria o processo eleitoral mais atrativo e estimulante à participação (Abramowitz e Stone 2006; Abramowitz e Saunders, 2008; Aldrich, 1993; Dalton, 2008; Bumgardner, 2016). Em outras palavras, a indiferença do eleitor mediano seria superada em virtude de uma dinâmica eleitoral cujo resultado agrega, potencialmente, maiores riscos ou benefícios, quando comparada à tendência centrípeta dos partidos políticos observada no período anterior.

Tal visão hegemônica, entretanto, não está livre de questionamentos. Inegavelmente, partidos de extrema-direita vêm ganhando espaço na arena eleitoral de todo o mundo. Ausserladscheider (2019) propõe que o nacionalismo econômico, ou seja, a aversão ao cosmopolitismo e ao multiculturalismo, desempenha um papel central nessa ascensão. A autora argumenta que a interconexão de ideias econômicas e culturais no discurso de partidos de extrema-direita tem sido amplamente negligenciada pela literatura existente. Essa interconexão cria uma narrativa poderosa que apela a eleitores que se sentem economicamente inseguros e culturalmente ameaçados (Ausserladscheider, 2019). Jay et al. (2019) fornecem uma análise complementar, argumentando que o populismo de extrema-direita no Ocidente é alimentado pela desigualdade econômica. Os autores destacam três processos psicológicos sociais centrais para explicar esses fenômenos. Em primeiro lugar, baseando-se na tradição da identidade social, os autores examinam como a desigualdade está ligada à redução da confiança e coesão social, afetando tanto grupos de baixa quanto de alta renda. A percepção de ameaça amplifica as tensões entre grupos e consolida posições identitárias, exacerbando divisões sociais. Em segundo lugar, Jay et al. (2019) argumentam que a consolidação da identidade nacional é uma resposta provável à desigualdade, resultando em menor tolerância à diversidade cultural. Líderes populistas de extrema-direita utilizam essa identidade nacional fortalecida para culpar imigrantes, instituições estrangeiras e a política tradicional pela falta de coesão social e dificuldades econômicas (Jay et al., 2019). Isso significa dizer que o aumento da polarização política, acompanhada de maior intolerância sociocultural, pode resultar na rejeição às práticas democráticas inclusivas e contaminação da esfera eleitoral pela lógica do antagonismo.

O projeto de pesquisa que originou esse artigo pretende conhecer e interpretar os sentimentos e atitudes políticas de eleitores abstencionistas nas eleições presidenciais brasileiras do período recente, em que se verificou a intensificação da polarização política tanto dos membros da classe política quanto do eleitorado. Optamos por conduzir entrevistas⁵ em profundidade com eleitores declaradamente abstencionistas nos pleitos de 2018 e/ou 2022, procurando resgatar memórias de eventos político-eleitorais, apreender percepções sobre a dinâmica política democrática, de seus representantes e instituições. Essa estratégia, nos permitiu identificar em que medida tais memórias e percepções contribuíram para a decisão de abdicar de uma participação ativa na escolha eleitoral central da democracia presidencialista.

Além desta introdução, o artigo se divide em outras quatro partes. A seguir, resgatamos a literatura e pesquisas anteriores acerca da polarização ideológica e da polarização afetiva, bem como seus impactos na dinâmica eleitoral e na opinião pública, baseados também nos conceitos de agonismo e antagonismo de Chantal Mouffe (2005). Dessa forma, na terceira parte, analisamos as respostas fornecidas pelos abstencionistas ao módulo ideológico do roteiro de entrevistas, a fim de verificar a ocorrência de polarização ideológica. Na quarta parte, identificamos a polarização afetiva com base nas emoções identificadas nos depoimentos dos abstencionistas entrevistados. Ao capturar o sentimento do eleitor, conseguimos observar e estudar os impactos da polarização afetiva e suas influências na abstenção eleitoral. Ao final, apresentamos nossas conclusões sobre os dados encontrados e sua relevância para a compreensão do comportamento eleitoral, em especial dos eleitores abstencionistas no Brasil.

Entre a promessa e o desafio: o impacto da polarização política na deliberação pública e na participação cívica

O tema da participação política é central para a teoria da democracia. Em suas diferentes vertentes – seja liberal, participativa ou deliberativa – a participação dos cidadãos é protagonista na legitimidade do sistema democrático. Para a teoria da democracia liberal ou representativa (Dahl, 1997; Sartori, 1994; Schumpeter, 1957; Downs, 1957), a participação eleitoral é suficiente para legitimar a classe política e o funcionamento de suas instituições. Para a teoria da democracia participativa, um sistema político só pode ser considerado plenamente democrático na medida em que o cidadão exerce sua autonomia moral, ou seja, participa diretamente das decisões que afetam a sua vida, incluindo a dimensão do mundo do trabalho (Cole, 1920; Pateman, 1992; Barber, 1984). A teoria da democracia deliberativa identifica a

⁵ Para mais informações acerca do procedimento de coleta e análise de dados, consultar o Anexo 1.

legitimidade política no processo de discussão que leva à tomada de decisões (Rawls, 2000; Habermas, 2012), tendo no debate público, portanto, seu ponto essencial. Em cada uma dessas vertentes, o grau de divergência política existente entre os tomadores de decisão irá afetar a probabilidade de se chegar a resultados que sejam considerados legítimos, desafiando tanto a construção de consensos quanto a formação de maiorias estáveis.

A polarização política é um fenômeno complexo que abarca pelo menos duas variantes que podem ou não estar diretamente relacionadas: a polarização ideológica e a polarização afetiva. Porém, antes de discutir as características de cada um desses tipos de polarização e seus efeitos sobre a dinâmica política, nos interessa trazer à discussão, de forma introdutória, dois conceitos fundamentais para entender a visão de Chantal Mouffe (2005) sobre a natureza e o funcionamento do debate público em sua discussão acerca da teoria deliberativa da democracia: agonismo e antagonismo.

O conceito de agonismo refere-se à ideia de que a política é essencialmente caracterizada pelo conflito e pela oposição entre diferentes pontos de vista e projetos políticos. Mouffe critica a visão da democracia como um consenso racional e pacífico, defendendo, em vez disso, a necessidade de reconhecer e até mesmo encorajar o conflito político como uma parte inevitável e saudável da vida democrática. Dentro do agonismo, Mouffe sugere que os adversários políticos devem ser vistos como oponentes legítimos em uma luta política, não como inimigos a serem eliminados. Isso implica aceitar que não existe uma verdade absoluta ou uma solução final para questões políticas, mas sim uma arena de contínuo debate e confronto onde diferentes vozes têm o direito de se expressar e de buscar poder político.

Mouffe também introduz o conceito de antagonismo, que é uma forma mais extrema e radical de oposição política. O antagonismo surge quando há um conflito profundo e irreconciliável entre diferentes concepções do mundo ou projetos políticos. Enquanto o agonismo reconhece o conflito como uma característica inerente à política, o antagonismo aponta para situações em que esse conflito se torna mais intenso e pode gerar divisões profundas na sociedade. Mouffe alerta para os perigos do antagonismo absoluto, que pode levar a formas de confronto político que ameaçam a própria democracia.

“A política busca a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade; está sempre ligada à criação de um “nós” em oposição a um “eles”. A novidade da política democrática não é a superação dessa oposição nós-eles – que é uma impossibilidade –, mas o caminho diferente em que ela é estabelecida. O ponto crucial é estabelecer essa discriminação nós-eles de um modo compatível com a democracia. (...) O antagonismo é a luta entre inimigos, enquanto o agonismo representa a luta entre adversários. Podemos, portanto, reformular nosso problema dizendo que, desde a perspectiva do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é transformar antagonismo em agonismo.” (Mouffe, 2005, p. 20-21).

O que defendemos aqui é que a polarização ideológica produz uma dinâmica agonística no debate público, o que não apenas é saudável para o ambiente democrático como o protege de visões autoritárias sobre a esfera pública de decisões. De modo inverso, a polarização afetiva engendra uma dinâmica antagonista na conversação pública, radicalizando posturas e tornando o ambiente político suscetível a ameaças antidemocráticas.

A polarização ideológica, portanto, é entendida como o aumento do distanciamento entre as posições e crenças de diferentes grupos ou indivíduos sobre questões políticas, sociais ou culturais. Esse fenômeno é, sobretudo, medido com a observação do aumento da distância ideológica entre clivagens políticas, com o concomitante esvaziamento do centro (Abramowitz, 2010; Hill; Tausnovitch, 2015). Mais centrada em atitudes e posicionamentos ideológicos, a intensificação dos sentimentos políticos não necessariamente está presente. De modo que o significativo afastamento das opiniões entre grupos políticos distintos, cria uma divisão nítida e muitas vezes ampliada entre as ideias e valores defendidos por cada lado.

Dentre os efeitos democráticos positivos atribuídos à polarização ideológica, está a ampliação da participação política (Abramowitz; Saunders, 2008; Wagner, 2020). Isso deve-se ao fato de que ao promover a diferenciação nítida de grupos políticos, a polarização cria atalhos cognitivos que facilitam a identificação do eleitorado, além de ampliar a percepção de um pleito mais competitivo. Assim, o aprofundamento de diferenças entre projetos políticos introduz uma dinâmica de oposição entre diferentes pontos de vista, que teria como efeito ampliação do engajamento e politização do eleitorado. Sendo o conflito inerente à política, a construção de uma dinâmica agonística se manifesta de forma democrática, uma vez que não inviabiliza a existência ou a interação com o outro no debate público.

A polarização ideológica pode manifestar-se em diversas áreas, como política, religião, economia e outros temas sociais, sendo influenciada por fatores como mídia, ambiente político, redes sociais e eventos históricos. O processo de afastamento ideológico entre diferentes grupos também pode ser observado entre as elites políticas, em que o aprofundamento de diferenças leva a homogeneização das elites partidárias. Assim, certo grau de polarização é necessário para manter a competitividade das eleições (Reiljan, 2019), da mesma forma que o aumento na polarização das elites tem efeitos positivos ao promover o engajamento da população ao longo do processo eleitoral (Abramowitz, Saunders, 2008). Esse aprofundamento de diferenças entre partidos reforça os posicionamentos ideológicos das lideranças, criando um caminho mais nítido para que o eleitorado forme vínculos de identificação e perceba os candidatos como portadores de projetos políticos distintos.

Ainda assim, o aumento no ordenamento partidário do eleitorado pode ultrapassar os níveis da polarização ideológica, ao consolidar determinados sentimentos e atitudes dos indivíduos frente a seus opositores. Nessa perspectiva, a intensificação de sentimentos negativos pode levar à negação do outro, impactando negativamente a dinâmica agonística estabelecida e transformando-a em um antagonismo. Em uma sociedade polarizada ideologicamente, os indivíduos geralmente se alinham mais fortemente com as visões do grupo ao qual pertencem, reforçando e ampliando suas próprias crenças enquanto desconsideram as opiniões opostas. Ao ultrapassar a mera identificação ideológica com determinado agrupamento, o aumento no ordenamento de grupos políticos leva à organização do debate público apenas entre semelhantes, reduzindo a tolerância e causando o aumento da polarização afetiva (Hutchens; Hmielowski; Beam, 2019).

Frente a isso, é possível desenvolver a diferenciação entre a polarização ideológica e a polarização afetiva. A polarização política contemporânea não se limita apenas à divergência de opiniões e crenças ideológicas, mas também engloba uma dimensão afetiva significativa, na qual os sentimentos em relação a grupos políticos específicos desempenham um papel central.

A polarização afetiva se diferencia da polarização ideológica ao se concentrar não apenas em diferenças de posicionamentos políticos, mas também em atitudes e sentimentos diretos em relação a grupos políticos específicos. Enquanto a polarização ideológica se manifesta na divergência de opiniões sobre questões políticas, a polarização afetiva gera sentimentos positivos ou negativos em relação a partidos ou grupos políticos, muitas vezes levando à rejeição do "outro" político (Reiljan, 2019).

Esse fenômeno pode ser visto como uma intensificação dos sentimentos negativos em relação aos oponentes políticos, o que pode resultar em uma diminuição da tolerância e na propensão a interações negativas entre grupos com visões políticas divergentes (Hutchens; Hmielowski; Beam, 2019). Propomos que a polarização afetiva deve ser encarada como um fenômeno que pode ser fruto do aprofundamento da polarização ideológica, porém não se limita somente a acontecer nesse caso. Esse fenômeno pode ocorrer de forma independente à polarização ideológica, a partir do sentimento de rejeição a grupo político ou partido.

Esse aumento na polarização afetiva pode levar os indivíduos a se alinharem mais fortemente com as visões do grupo ao qual pertencem, reforçando suas próprias crenças enquanto desconsideram as opiniões opostas (Hutchens; Hmielowski; Beam, 2019). Tal fenômeno pode levar à formação de "bolhas" ideológicas, em que o debate público se torna restrito a grupos homogêneos, reduzindo a diversidade de perspectiva, impedindo a construção de consensos e aprofundando a rivalidade dos grupos.

Além disso, a polarização afetiva pode minar a confiança nas instituições democráticas e no processo político como um todo. Quando os sentimentos de hostilidade em relação aos adversários políticos são intensificados, a capacidade de cooperação e compromisso é comprometida, enfraquecendo os fundamentos do debate público. Em consonância, Wagner (2020) chegou à conclusão de que existe uma relação de causalidade entre insatisfação democrática e polarização afetiva. Nesse sentido, o autor destaca que quanto maior a hostilidade interpartidária, mais insatisfeitas as pessoas ficam com a democracia (p. 3). Essa queda na satisfação pode ser atribuída à percepção de que a polarização afetiva gera um ambiente político onde a colaboração e a construção de consenso são dificultadas, levando a uma erosão da confiança nas instituições e no processo democrático como um todo.

Segundo Mouffe (2005), o conflito na política é capaz de gerar efeitos democráticos positivos, tendo em vista que desperta nos eleitores a necessidade de participação política, porém, não há semelhante consequência em relação às manifestações da categoria de antagonismo. Enquanto o confronto político institucionalizado pode contribuir para uma dinâmica mais competitiva e politizada no debate público, o antagonismo, ou seja, a discordância radicalizada tende a engendrar uma atmosfera de confronto e divisão na sociedade. Trazendo as contribuições de Mouffe para a discussão da polarização contemporânea, o agonismo é a categoria que se aproxima da polarização ideológica enquanto o antagonismo é a espécie mais próxima da polarização afetiva. Em vez de promover um confronto saudável e desejável, a polarização afetiva pode resultar em um ambiente político no qual a demonização do "outro" político é comum, prejudicando a possibilidade de diálogo e compromisso.

Portanto, na medida em que a polarização ideológica deriva de posições tomadas pelos partidos e seus apoiadores com relação a problemas e dimensões ideológicas, a polarização afetiva é determinada por atitudes e sentimentos diretos dos indivíduos direcionados a grupos políticos específicos (Reiljan, 2019).

“The central difference between the affect-based approach and the ideological paradigm is that IP [ideological polarization] derives from diverging positions taken by the parties and party supporters with regard to ideological issues and dimensions, whereas AP [affective polarization] is determined by direct attitudes towards specific parties” (Reiljan, 2019, p. 6).

A caracterização da identificação partidária positiva ou negativa torna-se, então, um importante eixo de análise para medir os níveis de polarização. Ao passo que a polarização ideológica implica em um aumento na diferenciação de posicionamentos de grupos políticos, a polarização afetiva gera sentimentos negativos e de rejeição ao outro, ao mesmo tempo que amplia movimentos de isolamento e inviabilização do debate público. Assim, é possível

observar um efeito de reforço da polarização afetiva sobre a ideológica (Rogowski, Sutherland, 2016; Reiljan, 2019), ainda que ambas devam ser estudadas como fenômenos distintos. Cada uma pode produzir efeitos diversificados nas atitudes políticas, especialmente no âmbito eleitoral com desdobramentos na participação ou abstenção.

A interação benéfica da polarização ideológica, caracterizada pela oposição e pela atividade política, pode ser associada à formação, consolidação e fortalecimento das elites partidárias no sistema (Borges, Vidigal, 2018). Um sistema partidário estruturado, com oposição bem delimitada e ideologias contrastantes promove um embate político onde a polarização ideológica é intermediada pelos partidos políticos. Este fortalecimento reflete-se no eleitorado através da identificação partidária, configurando um processo de institucionalização da polarização ideológica (Campbell et al., 1960).

Em paralelo, o enfraquecimento da estrutura de identificação partidária associado aos sentimentos (Medeiros e Nöel, 2014; Rose e Mishler, 1998) abre espaço para a transição da oposição para uma esfera polarizada afetivamente, permeada por sentimentos e pela concepção de inimigos (Borges; Vidigal, 2018). Assim, ainda que seja possível observar a polarização afetiva em sistemas onde a identificação partidária é significativa - os níveis de polarização ideológica permanecem constantes, enquanto a polarização afetiva cresce de forma independente -, o fenômeno afetivo cria obstáculos ao diálogo e intensifica o conflito.

Nesse contexto, argumenta-se que a identificação partidária no Brasil é importante também para a compreensão da presença da polarização afetiva e ideológica. As baixas taxas de identificação partidária no eleitorado brasileiro (Kinzo, 2005; Samuels, 2006; Samuels; Zucco, 2018) resultam em um processo de dispersão ideológica entre os eleitores, estabelecendo, portanto, uma dinâmica com impacto direto na participação política e eleitoral (Borges; Vidigal, 2018). Eleitores moderados ideologicamente e menos intensos afetivamente, são menos incentivados a participar do processo eleitoral. Nos últimos anos de eleições no Brasil, tem-se observado o surgimento de sentimento de antipartidarismo e *anti-establishment* (Fuks; Ribeiro; Borba, 2018), evidenciando não apenas a baixa identificação partidária, dado que apenas um partido, o PT (Partido dos Trabalhadores), apresenta taxas consideráveis de identificação e ainda com quedas nessas taxas a partir de 2014 (Kinzo, 2005; Samuels, 2006; Samuels; Zucco, 2018).

Dessa forma, as polarizações ideológica e afetiva desempenham um papel fundamental no funcionamento democrático, impactando diretamente a deliberação pública e a participação cívica. Enquanto a polarização ideológica, caracterizada pela divergência de posições sobre questões políticas, pode estimular o engajamento político e a formação de identidades

partidárias, promovendo um debate público mais robusto e competitivo, a polarização afetiva, centrada em sentimentos negativos em relação a grupos políticos, tende a minar a confiança nas instituições democráticas e enfraquecer a capacidade de diálogo e compromisso. Assim, é crucial analisar esses dois tipos de polarização para entender seus efeitos distintos e interrelacionados na sociedade, especialmente nos contextos de abstenção eleitoral.

Desse modo, encaminhamos a análise dos dados e informações contidos nos depoimentos dos eleitores abstencionistas entrevistados. Analisaremos em segmentos separados do texto a polarização ideológica entre os eleitores abstencionistas e, em seguida, os sentimentos manifestados nos depoimentos acerca de distintas arenas políticas. Para fins de apreensão de medidas de polarização ideológica serão analisadas as respostas dos entrevistados ao módulo “Ideologias” do roteiro de entrevistas⁶. No segmento posterior, analisaremos os elementos que evidenciam a polarização afetiva e seu impacto no comportamento político dos eleitores abstencionistas.

Polarização Ideológica: como pensam os eleitores abstencionistas

Nesta seção, analisaremos o módulo de ideologias, composto por quatro eixos de análise: econômico, diplomático, civil e social, cujas questões foram construídas dicotomicamente (Quadro 1). Os resultados nos permitiram classificar os entrevistados no tradicional eixo esquerda-direita. As respostas intermediárias, que continham aspectos mistos de cada lado do espectro, ocuparam as posições de centro, centro-esquerda e centro-direita.

⁶ Inserido no Anexo 2 deste artigo.

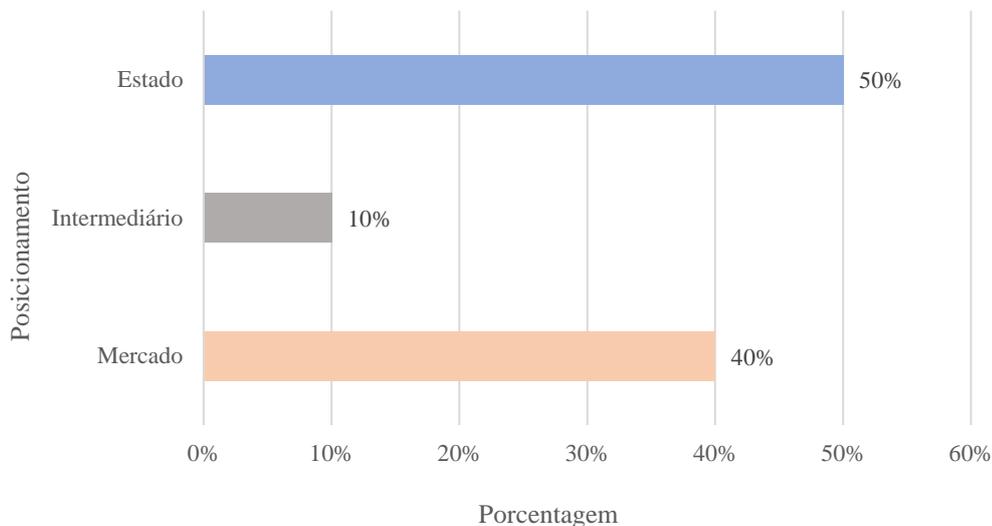
Quadro 1 - Aspectos determinantes de análise ideológica para classificação

Aspectos determinantes de análise ideológica	
Econômico	Os entrevistados acreditam em uma maior intervenção estatal na produção de bem-estar social;
	Os entrevistados demonstram adesão à crença de que o mercado é superior ao Estado na alocação de recursos econômicos;
Diplomático	Os entrevistados são propensos a posturas negociadoras, onde procuramos saber se a crença na solidariedade deveria superar o egoísmo nas relações internacionais;
	Os entrevistados acreditam na demonstração de força como sendo um modo mais eficaz de garantir sua soberania, procuramos saber se a crença no poderio militar supera a busca por soluções mediadas;
Civil	Os entrevistados destacam o papel da autoridade e da hierarquia para a manutenção da ordem social;
	Os entrevistados acreditam na supremacia da autoridade e na subserviência popular para controle da ordem pública;
Social	Os entrevistados demonstram em seus valores tolerância com a diversidade com relação às mudanças socioculturais;
	Os entrevistados apresentam vínculos com a conservação das tradições.

Fonte: Modelo classificatório inspirado no Projeto 8 Values, disponível para consulta em: <https://raph.com.br/8values/>

Em seguida, descreveremos os resultados de cada eixo e seu impacto na polarização ideológica. A primeira análise será na dimensão econômica (Gráfico 1), em que procuramos avaliar se os entrevistados acreditavam em uma maior intervenção estatal na produção de bem-estar social ou se havia uma maior adesão à crença de que o mercado é superior ao Estado na alocação de recursos econômicos. Ou seja, um dilema entre o rigor fiscal nas contas públicas ou uma redistribuição de renda através da implementação de políticas de bem-estar.

Gráfico 1: Eixo Econômico

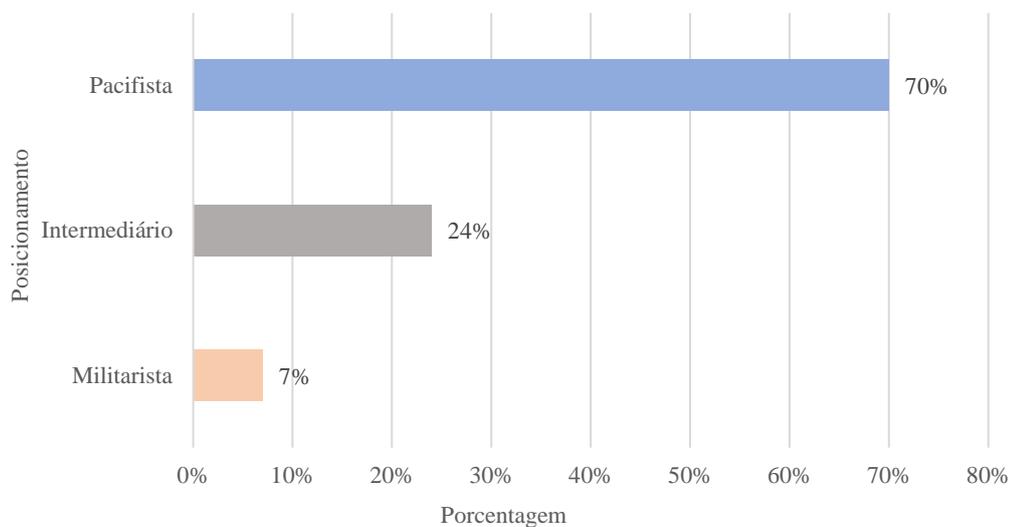


Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

Podemos afirmar que, por um lado, dentre os entrevistados abstencionistas, há uma tendência maior (50%) ao intervencionismo, a partir das respostas a favor de políticas de bem-estar social e de uma taxaço mais acentuada nas grandes fortunas. Por outro lado, o livre mercado apresentou grande aderência entre os entrevistados (40%), enquanto os abstencionistas equilibrados, ou seja, aqueles cujas respostas se dividiram entre o intervencionismo e o *laissez faire*, somaram apenas 10% dos posicionamentos. Sendo assim, é possível afirmar que na dimensão econômica houve importante polarização nas respostas fornecidas pelos entrevistados, embora ainda tenha havido maioria na preferência pela intervenção do Estado na economia.

Na dimensão diplomática, procuramos inferir se os entrevistados eram mais propensos a posturas negociadoras ou se acreditavam na demonstração de força como um modo mais eficaz de garantir sua soberania. De um lado, procuramos saber se a crença no poderio militar supera a busca por soluções mediadas. Por outro lado, procuramos saber se a crença na solidariedade deveria superar o egoísmo nas relações internacionais. As respostas fornecidas nos possibilitaram distribuir os abstencionistas em grupos de pacifistas, propensos a soluções negociadas para os conflitos, e militaristas, propensos a uma atitude centrada no poderio bélico e no egoísmo. As posições intermediárias, quando o entrevistado apresenta argumentos ambíguos, também foram registradas.

Gráfico 2: Eixo Diplomático

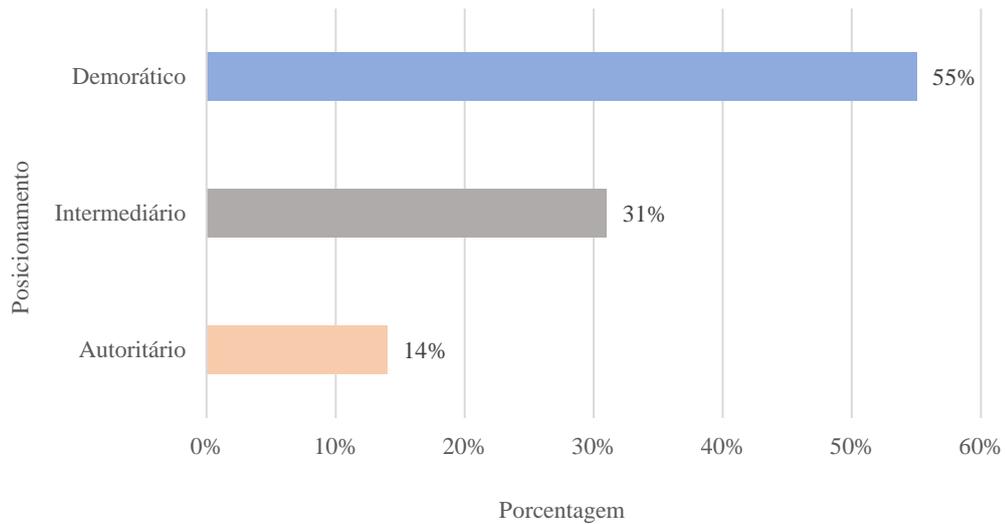


Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

Na dimensão diplomática, a maioria dos entrevistados (70%) registrou um posicionamento pacifista, de solidariedade internacional, enquanto apenas 6% observaram a necessidade de um investimento maior nas forças armadas, e 24% situam-se nas posições intermediárias. De todos os eixos ideológicos, o diplomático foi o que apresentou maior hegemonia de posicionamento em favor de uma das soluções oferecidas, demonstrando uma ampla adesão a soluções pacíficas para conflitos internacionais.

Na dimensão civil, tivemos como objetivo avaliar o quanto os entrevistados acreditavam no papel da autoridade e da hierarquia para a manutenção da paz social. Queríamos averiguar se havia uma maior propensão à hierarquia ou à autoridade, por um lado testando a crença na supremacia da autoridade e na subserviência popular; de outro, testando a crença na solução autoritária para o problema da ordem pública. As respostas obtidas possibilitaram um enquadramento dos entrevistados em três grupos: democratas, autoritários e intermediários (respostas dúbias).

Gráfico 3: Eixo Civil

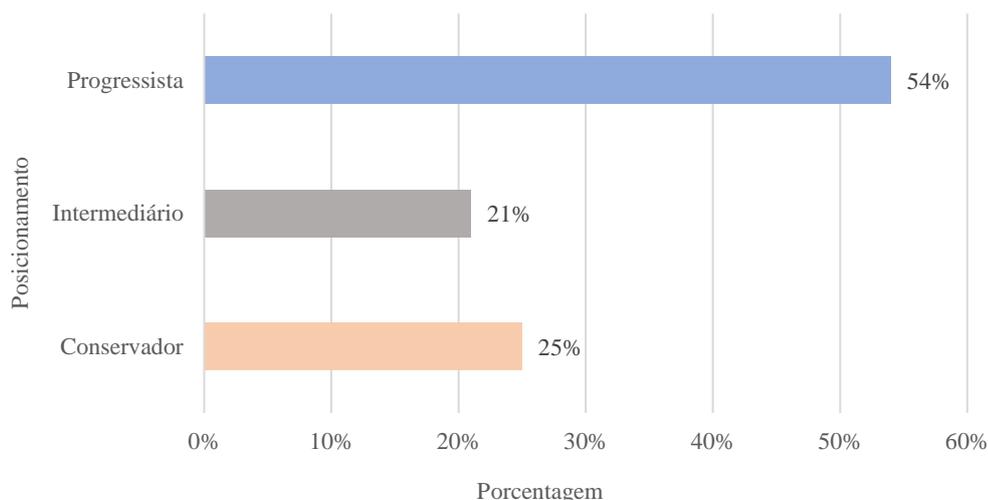


Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

A maioria absoluta dos entrevistados (55%) optou por um posicionamento democrático com relação à autoridade, afirmando que ela não é inquestionável, e com relação à regulação das relações de poder, rejeitando a ideia de um Estado hierárquico. Entretanto, um número significativo de entrevistados (31%) forneceu respostas ambíguas, em que combinavam a crença na autonomia cidadã com a crença em um Estado forte capaz de conter distúrbios sociais. Apenas 14% dos entrevistados escolheram soluções autoritárias para o problema da ordem pública, com uma inquestionável crença no valor da autoridade e na obediência civil.

Na dimensão social, avaliamos o quanto os entrevistados estavam vinculados a valores tradicionais e/ou abertos a novos valores para a organização da vida em sociedade. Por um lado, quisemos averiguar os níveis de tolerância com a diversidade social e aquiescência com a distribuição igualitária de direitos. Por outro lado, buscamos apreender o quanto os entrevistados acreditavam no modelo tradicional de família como sendo imprescindível para a vida em sociedade. A partir das respostas fornecidas, classificamos os eleitores abstencionistas em três grupos: progressistas, conservadores e intermediários (respostas ambíguas ou equilibradas).

Gráfico 4: Eixo Social



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

Os entrevistados se demonstraram predominantemente progressistas em seus valores com relação às mudanças socioculturais (54%), manifestando ampla tolerância com a diversidade. Simultaneamente, parte dos entrevistados apresentou vínculos com a tradição, especialmente no que se refere ao modelo de família, porém em um percentual menor (21%). Assim como nos demais eixos da análise, as posições intermediárias no eixo social ocuparam um espaço relevante entre os abstencionistas (25%), reforçando os indícios de moderação nos valores socioculturais.

Em síntese, nossos abstencionistas são prioritariamente intervencionistas (50%), pacifistas (70%), democráticos (55%) e progressistas (54%), de acordo com as variáveis que selecionamos a fim de mensurar seu posicionamento ideológico.⁷ Muito menos do que polarização ideológica, encontramos uma significativa moderação em suas visões sobre o mundo político. A divisão mais aguda foi verificada no campo econômico, em que 50% dos entrevistados se posicionaram a favor de medidas econômicas intervencionistas e 40% a favor do não intervencionismo.

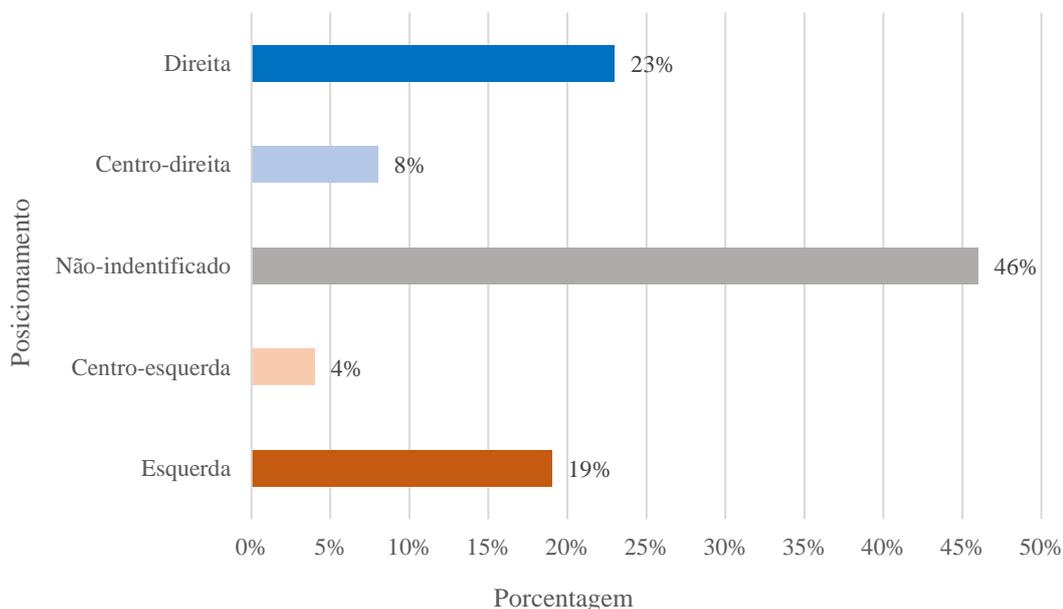
Portanto, com base na análise das respostas fornecidas à dimensão ideológica do roteiro de entrevistas, não é possível afirmar a existência de polarização ideológica entre os eleitores abstencionistas. Houve a identificação de uma clara tendência no perfil desse eleitorado, a partir do qual é possível deduzir que as candidaturas Fernando Haddad (2018) e Luiz Inácio Lula da

⁷ Seguimos aqui um modelo classificatório inspirado no Projeto 8 Values, disponível para consulta em: <https://raph.com.br/8values/>

Silva (2022), provavelmente, foram mais prejudicadas com o absenteísmo nas eleições presidenciais do período analisado. Isso se deve ao fato de que as candidaturas majoritárias e que foram para o segundo turno com Jair Bolsonaro, candidato extremista de direita, eram ambas do mesmo partido de centro-esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT). A agenda do candidato extremista incluía uma política econômica neoliberal, a defesa do acesso a armas de fogo pela população, uma visão militarista e hierárquica nas relações de poder, uma visão reacionária nas relações sociais. Uma agenda refratária, portanto, aos valores expressados pela maioria dos entrevistados. Na agenda do PT se encontram os mesmos valores que predominaram entre os abstencionistas, levando-nos a deduzir que, se votassem, possivelmente teriam dado a vitória à Haddad em 2018 e ampliado a margem de vitória de Lula em 2022.

Entretanto, antes de seguir para a análise da polarização afetiva em busca de uma melhor compreensão acerca do impacto da polarização política sobre o comportamento abstencionista, traremos um último dado acerca da distribuição de preferências ideológicas. A última pergunta do roteiro solicitava ao entrevistado que se auto posicionasse na escala ideológica entre esquerda e direita, considerando posições intermediárias (centro-esquerda, centro e centro-direita) ou que afirmasse não se reconhecer na referida escala. As respostas produzidas apresentaram um resultado muito curioso, que foi exposto no Gráfico 5.

Gráfico 5: Auto posicionamento dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

Contrariando os resultados anteriormente apresentados, quando solicitados a definir seu posicionamento ideológico na escala esquerda-direita, a ampla maioria dos entrevistados (46%) optou por não se identificar. Algumas razões explicam essa alienação com relação ao esquema ideológico tradicional. A primeira delas pode estar vinculada à reduzida identificação partidária no Brasil que, desde a redemocratização, vem sendo restrita a determinados partidos: o PT e o MDB, o primeiro devido ao sucesso de sua estratégia de enraizamento social, o segundo pela tradição advinda de sua atuação oposicionista durante a ditadura civil-militar brasileira.⁸

A segunda razão, pode estar associada ao nível de sofisticação política dos entrevistados, entendendo que a alienação política representa baixo interesse em política e, conseqüentemente, baixo conteúdo informacional e reduzida disponibilidade afetiva para assuntos políticos. Dias (2024), ao analisar a sofisticação política desse mesmo grupo de entrevistados demonstrou que metade deles era sofisticada e a outra metade alienada, em diferentes graus, números bastante próximos do percentual daqueles que não se reconhecem na escala esquerda-direita (46%). Comparando os dados entre si (consultar tabela no Anexo 3) percebemos que 85% daqueles que não se identificam com a escala são também alienados, enquanto apenas dois eram sofisticados. Esse dado confirma a convergência entre alienação política e alienação ideológica (eixo tradicional). A ignorância com relação aos fundamentos

⁸ A fim de não desviar muito do curso da análise aqui empreendida, deixaremos em aberto essa hipótese a fim de testá-la em um contexto analítico apropriado. Ver agenda de pesquisa na conclusão deste artigo.

de cada um dos lados do eixo pode ser a causa de alguma insegurança para se identificar com esquerda ou direita, e mesmo com seus intermediários. Dos entrevistados que definiram um posicionamento ideológico (54% do total), quase 43% ocuparam o lado esquerdo do eixo (23% do total) e 57% ocuparam o lado direito (31% do total), invertendo a distribuição calculada pelo eixo econômico (50% à esquerda e 40% à direita do espectro ideológico). Ninguém se posicionou ao centro, apenas um pequeno número se identificou com as posições intermediárias de esquerda e direita.

O dado mais interessante, entretanto, diz respeito à diferença entre o cálculo geral do posicionamento ideológico, feito a partir das respostas dadas ao módulo ideológico da entrevista, e o auto posicionamento indicado por cada um dos entrevistados. Considerando apenas aqueles que encontraram um lugar para si no eixo esquerda–direita, 43% foram coerentes com as respostas fornecidas, todos politicamente sofisticados (5 de esquerda e um de centro-esquerda); 57% se deslocaram na escala quando se auto posicionaram, todos no sentido direito do espectro ideológico, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Classificação Ideológica, sofisticação política e auto posicionamento

Classificação Ideológica	Sofisticados (S)	Auto Posicionamento (S)	Alienados (A)	Auto Posicionamento (A)
Esquerda	5	Esquerda (5)	0	-
Centro-Esquerda	4	Centro-Esquerda (1) Centro-Direita (1) Direita (2)	3	Centro-Direita (1) Direita (2)
Centro	0	-	0	-
Centro-direita	2	Direita (2)	0	-
Direita	0	-	0	-
Total	11	11	3	3

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

Os eleitores de esquerda sofisticados reconhecem seus valores em suas atitudes políticas, apenas um abstencionista de centro-esquerda, igualmente sofisticado, apontou corretamente seu posicionamento na escala ideológica, conforme nossa interpretação das respostas fornecidas ao módulo ideológico da entrevista. Os dois eleitores de centro-direita, ambos sofisticados, se deslocaram apenas um ponto na escala ideológica e dentro do mesmo

espectro (direita), ainda coerentes ideologicamente. Dois abstencionistas de centro-esquerda, um sofisticado e o outro alienado, se deslocaram para a centro-direita no auto posicionamento, avançando dois pontos na escala ideológica, mas mudando de lado no eixo, configurando o primeiro deslocamento. Quatro abstencionistas de centro-esquerda, 2 sofisticados e dois alienados, se auto identificaram com a direita ideológica, sendo esses os casos mais discrepantes e intrigantes.

O que mais se destaca nos deslocamentos ideológicos observados é que todos avançam no sentido da direita do espectro ideológico. São eleitores moderados, mais propensos à intervenção do Estado na promoção do bem-estar social, predominantemente pacifistas, democratas e progressistas. Por que se afirmam de direita ou centro-direita, contrariando as próprias visões de mundo? Temos uma hipótese, que não será testada aqui, mas que pode nos ajudar a refletir sobre o assunto.

No período da redemocratização brasileira, alguns analistas políticos cunharam o conceito de “direita envergonhada” no Brasil (Power, 2000; Zucco, Power, 2023; Quadros, Madeira, 2018). Durante a Assembleia Nacional Constituinte, um *survey* constatou que não havia constituintes auto posicionados à direita do espectro ideológico: todos se identificavam com a esquerda ou com as posições de centro. Segundo a interpretação corrente à época, havia uma percepção generalizada de que a direita apoiava de forma incontestada a ditadura militar, há pouco superada no Brasil e bastante impopular naquele momento. Foi assim que surgiram legendas que distorciam não apenas os valores afirmados pelos respectivos partidos como não traduziam o comportamento de suas bancadas parlamentares e as agendas que implementavam quando assumiram governos nas diferentes esferas: municipal, estadual e federal. Para dar o exemplo de dois partidos grandes que surgiram naquele período e permanecem até hoje, temos o Partido Progressista (PP), conservador em sua atuação política (Santin, 2005), e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), cuja agenda neoliberal privatizante comandou o país entre 1995 e 2002. Entretanto, com a crise política instaurada com o processo de impeachment sofrido pela ex-presidente Dilma Roussef (PT), ascendeu ao cenário político brasileiro um inexpressivo parlamentar, ex-militar, defensor da ditadura e de seus métodos, como a tortura de prisioneiros políticos, e junto com ele a direita ideológica superou sua condição de pária no comportamento político nacional. Ser de direita deixou de ser motivo de “vergonha” e passou a ser um contraponto à visão enviesada de uma esquerda corrupta, associada aos escândalos de corrupção vinculados aos governos nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT). No próximo tópico deste artigo, veremos o impacto do antipetismo na desconfiança generalizada dos abstencionistas entrevistados. Essa, portanto, pode ser a razão pela qual houve um movimento

generalizado à direita do espectro ideológico na comparação entre a classificação ideológica e o auto posicionamento dos entrevistados, assim como foi constatada uma ampla rejeição à ideia de assumir parte no eixo esquerda-direita. Apenas os eleitores de esquerda sofisticados se posicionaram de forma coerente com o seu pensamento diante de questões da pauta pública, mesmo se recusando a votar nas alternativas eleitorais representantes da ideologia de esquerda: Haddad (2018) e Lula (2022).

À guisa de conclusão desse tópico, é possível afirmar que a camada de eleitores abstencionistas, aqui representada pelos entrevistados, não apresentou polarização ideológica. A maioria era moderada em seu comportamento, mais à esquerda no espectro ideológico, mas com um amplo centro integrador, hegemonicamente pacifista, absolutamente democrática e progressista. Isso nos permite afirmar que, se decidissem votar, majoritariamente dariam seus votos aos candidatos de esquerda, Haddad e Lula, do PT. A história da eleição de 2018 poderia ter resultado diferente se parte da maior alienação em segundos turnos de eleições presidenciais do período (28,85%) tivesse optado pelo seu representante ideológico, Fernando Haddad. Da mesma forma, a vitória de Lula em 2022 poderia ter sido mais ampla e incontestável.

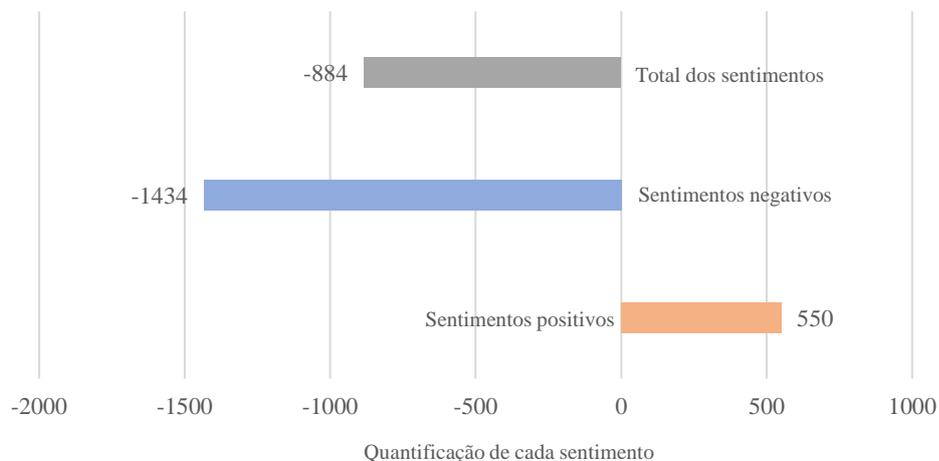
No próximo tópico trataremos da polarização afetiva dos abstencionistas entrevistados através de uma análise de seus sentimentos políticos positivos e negativos manifestados em seus depoimentos. Os dados sobre polarização afetiva poderão nos ajudar a compreender melhor o comportamento abstencionista no Brasil.

Polarização Afetiva: o que sentem os eleitores abstencionistas

A fim de mensurar a dimensão dos afetos nos depoimentos dos eleitores abstencionistas, criamos uma metodologia de análise que visa identificar e mapear os sentimentos manifestados espontaneamente ou de forma estimulada pelos entrevistados. O segundo módulo do roteiro de entrevistas tinha o propósito de explorar os sentimentos desses eleitores através de suas percepções acerca do *modus operandi* da democracia eleitoral brasileira. Entretanto, os sentimentos foram captados em diferentes momentos da entrevista, identificados e sistematizados a fim de reconhecer como a dimensão afetiva interferia no comportamento político dos entrevistados.

Na primeira etapa dessa análise, traçaremos um panorama geral dos sentimentos manifestados (Gráfico 6), onde identificamos o predomínio dos sentimentos negativos sobre os positivos na imensa maioria dos entrevistados. Apenas 15% apresentaram o predomínio de sentimentos positivos no cômputo geral (Gráfico 8).

Gráfico 6: Somatório dos sentimentos

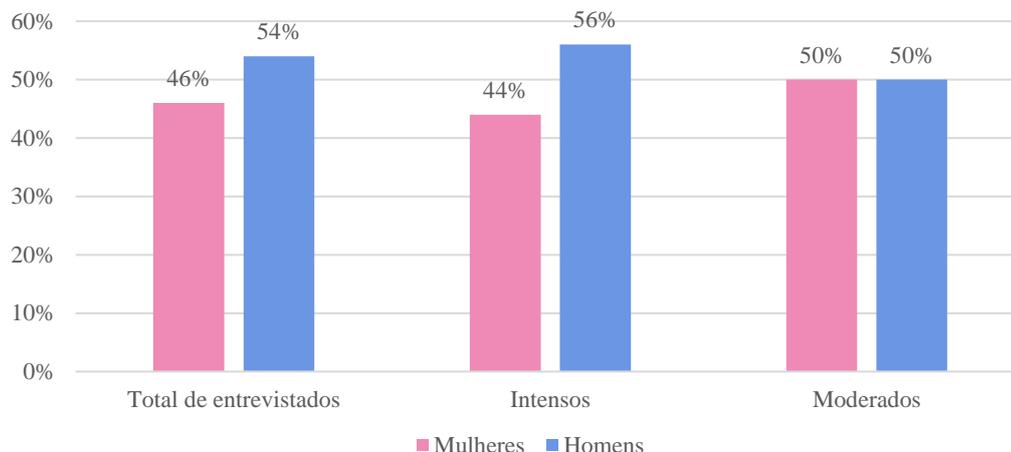


Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela Coordenadora do projeto.

Sentimentos como decepção, desconfiança, descrença, indiferença, indignação, insatisfação, tristeza, entre outros, proliferaram nos depoimentos dos abstencionistas entrevistados. Entre os positivos mais proeminentes registramos: esperança, responsabilidade, satisfação, convicção. Como já afirmamos acima, os sentimentos negativos manifestados foram muito mais numerosos do que os positivos, indicando um padrão geral de negatividade na dimensão afetiva dos entrevistados. Esse resultado não surpreende, já que se esses eleitores deliberaram por abster-se da disputa presidencial e provavelmente estavam insatisfeitos com o quadro eleitoral que se desenhou ao longo do primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais de 2018 e/ou 2022. Portanto, precisamos explorar outros aspectos que nos permitam compreender melhor a natureza desses dados.

Um primeiro recorte dos dados será feito através da correlação entre gênero e sentimentos, a fim de averiguar possíveis discrepâncias no padrão afetivo de homens e mulheres. Por padrão afetivo consideramos dois grupos de abstencionistas: os moderadamente afetivos e os intensamente afetivos. O Gráfico 7, abaixo, nos fornece algumas indicações a partir do cálculo da intensidade dos sentimentos.

Gráfico 7: Intensidade afetiva e gênero



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

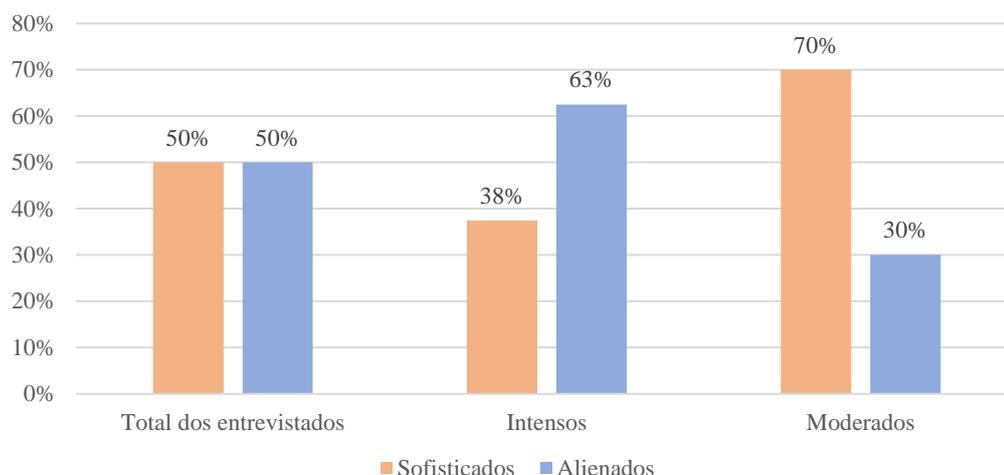
Calculamos a intensidade afetiva dos sentimentos a partir do somatório (Σ) geral da resultante dos sentimentos positivos e negativos (-884, no Gráfico 6). A mediana dos sentimentos negativos e positivos é -34. Calculamos também o desvio padrão dos mesmos dados e retiramos da contagem 1 entrevistada que demonstrou afetos negativos exacerbados, considerando-a uma *outlier*. Neste caso, a mediana recuou para -29 e a distribuição dos entrevistados entre intensos e moderados ficou conforme pode ser observado no Gráfico 7.⁹ Pela observação do gráfico acima, os homens se mostraram ligeiramente mais intensos do que as mulheres, porém numa medida pouco significativa. Se compararmos a distribuição por gênero dos abstencionistas intensos, houve apenas uma pequena diferença com relação à distribuição por gênero do conjunto de entrevistados. Já os entrevistados moderados distribuíram-se igualmente entre homens e mulheres, porém, considerando que foram entrevistados mais homens do que mulheres, é possível sugerir que as mulheres foram apenas ligeiramente mais moderadas do que os homens. Concluimos, portanto, que a condição de gênero não altera significativamente a intensidade dos sentimentos manifestados pelos entrevistados.

Outra condição dos entrevistados que pareceu explicar a diferença entre eleitores intensos e moderados em seus sentimentos foi a sofisticação política.¹⁰ No gráfico 8, exploramos a relação entre sofisticação *versus* alienação e intensidade *versus* moderação.

⁹ Verificar dados na tabela apresentada no Anexo 4.

¹⁰ Como já indicado acima, a análise da sofisticação política desses mesmos entrevistados pode ser encontrada em Dias (2024).

Gráfico 8: Percentual de intensidade afetiva mensurado por sofisticação política



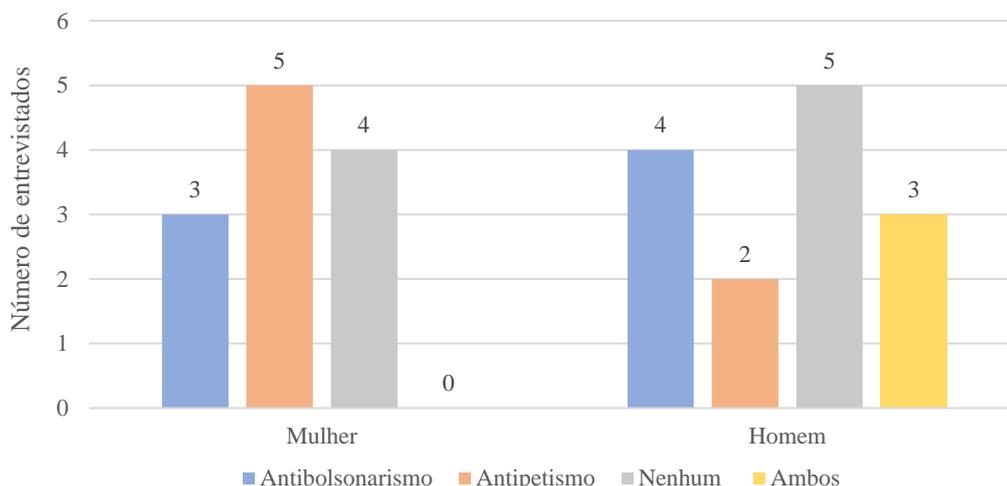
Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

À luz do gráfico acima percebemos uma clara diferença na intensidade dos sentimentos dos abstencionistas quando comparados com eleitores sofisticados e alienados politicamente. Consideramos a sofisticação política medida a partir do interesse e conhecimento político dos entrevistados (Dias, 2024). Apuramos que entre os entrevistados metade era sofisticada e a outra metade alienada, em diferentes graus. Entretanto, quando observamos a população de abstencionistas intensos percebemos que 62,5% deles eram alienados e o restante sofisticado. O contrário foi observado na população de abstencionistas moderados e de forma ainda mais categórica, onde 70% deles era sofisticada. Assim, podemos afirmar que a sofisticação política ajuda a moderar a intensidade dos sentimentos relacionados à política. De forma similar ao que observamos acima, com respeito ao auto posicionamento ideológico dos entrevistados, o conhecimento político amplia a compreensão dos fatos políticos, reduzindo a ansiedade advinda do processo de tomada de decisões e moderando o fluxo de emoções negativas. Além disso, é razoável supor que o estímulo à racionalidade, oriunda da cognição política, é capaz de neutralizar, ou ao menos reduzir, o impacto das emoções negativas sobre a percepção da realidade política.

Além disso, de todos os sentimentos manifestados espontaneamente pelos entrevistados, sejam eles mais generalizados ou mais concentrados, três deles despertaram interesse a fim de mensurar a incidência de polarização afetiva entre os eleitores. São eles: os sentimentos de rejeição ao bolsonarismo, o antipetismo e o incômodo causado pela percepção da polarização política da sociedade brasileira, entendida pelos entrevistados como o acirramento das disputas eleitorais que reverberam em discussões agressivas no eleitorado. Essas três emoções

turbulentas serão tratadas a seguir, começando pela distribuição da rejeição às candidaturas principais por gênero (Gráfico 9).

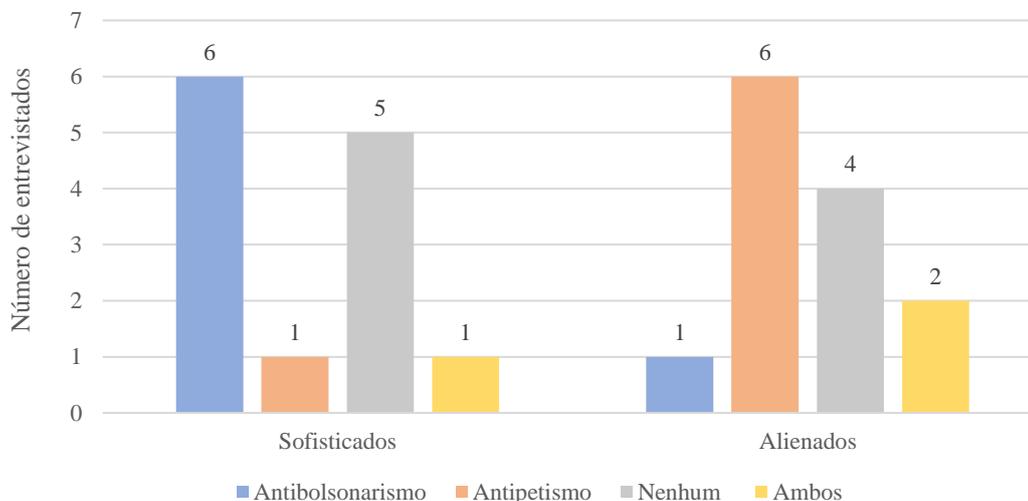
Gráfico 9: Rejeição às Candidaturas por Gênero



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

Na distribuição de antibolsonaristas e antipetistas entre homens e mulheres as diferenças são apenas sutis. O sentimento antibolsonarista foi equivalente entre homens e mulheres, assim como aqueles que não relataram sentimento de rejeição às candidaturas. As mulheres (42%) são, aqui, mais antipetistas do que os homens (14%), e nenhuma delas apresentou simultaneamente antipetismo e antibolsonarismo.

Gráfico 10: Rejeição às candidaturas por sofisticação política



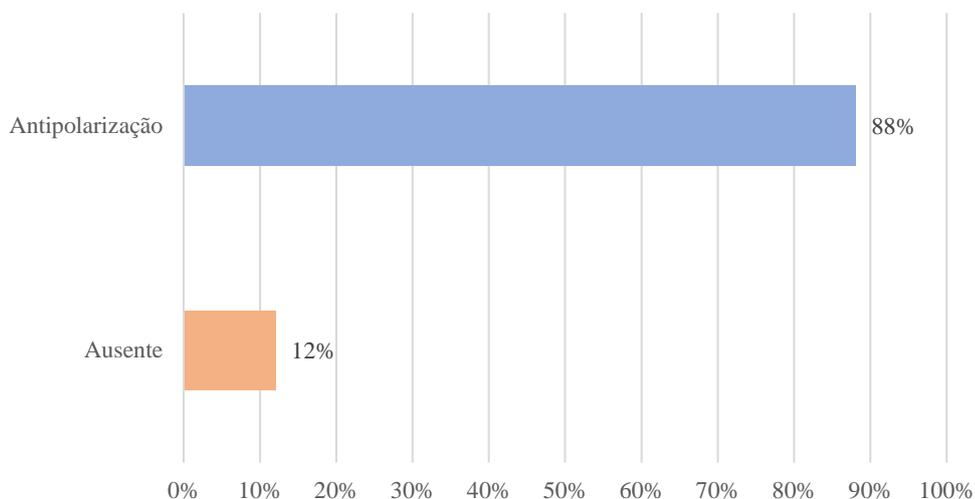
Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

No conjunto de entrevistados, 54% apresentaram isoladamente os sentimentos de antibolsonarismo e antipetismo. Isso significa que antipetistas e antibolsonaristas representam 65% dos entrevistados, indicando significativa polarização afetiva entre eles. Houve ainda aqueles, embora minoria (11%), que manifestaram rejeição dupla, ao Bolsonaro e ao PT. Além disso, é interessante notar também que 35% dos entrevistados não apresentaram os referidos sentimentos em nenhum momento da entrevista. Ou seja, os entrevistados se dividem entre aqueles cujos afetos negativos se voltam contra cada uma das candidaturas, ou a ambas, e aqueles que não mencionam tais sentimentos ao longo da entrevista, com uma predominância para o primeiro grupo.

Um aspecto deste gráfico despertou curiosidade: quase metade dos abstencionistas sofisticados (46%) apresentou rejeição à candidatura de Bolsonaro, enquanto o mesmo percentual de abstencionistas alienados se revelou antipetista. Ou seja, o dado se inverte simetricamente e nos permite afirmar um padrão: entrevistados sofisticados são mais refratários à candidatura de Bolsonaro, enquanto os alienados são mais refratários às candidaturas petistas.

Curiosamente, embora a maioria tenha se mostrado polarizada afetivamente contra as candidaturas em disputa (73%), quase todos os entrevistados (88%) manifestaram rejeição à polarização política na sociedade brasileira.

Gráfico 11: Rejeição à Polarização Política



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas em profundidade conduzidas pela coordenadora do projeto.

A rejeição à polarização política foi o sentimento mais frequente entre os entrevistados, juntamente aos sentimentos de decepção, indiferença e insatisfação. Apenas três entrevistados

não o manifestaram: um homem sofisticado, uma mulher sofisticada e um homem alienado. Parte dos entrevistados sugeriram que a polarização política seria o fator responsável por sua abstenção, ampliando ainda mais sua relevância analítica. O mais paradoxal desse sentimento é que ele se manifesta simultaneamente à rejeição enfática a uma das candidaturas e, algumas vezes, às duas principais candidaturas do pleito. Ou seja, embora rejeitem as consequências da polarização política na vida social estão contaminados por ela. O problema consiste na percepção apenas dos outros e não de si.

Em suma, foi possível perceber que os sentimentos negativos predominaram sobre os positivos entre os abstencionistas entrevistados. Apenas quatro entrevistados apresentaram a situação inversa, ou seja, o predomínio de sentimentos positivos sobre negativos. Quanto à intensidade dos sentimentos, a análise por gênero não promove dados padronizados. Entretanto, a observação que distingue eleitores politicamente sofisticados e alienados resulta em uma evidente discrepância na intensidade dos sentimentos. Os entrevistados que manifestaram intensidade nos sentimentos eram majoritariamente alienados. Já os moderados eram predominantemente sofisticados, sugerindo que a racionalidade é um bom antídoto ao tensionamento afetivo das relações políticas.

Ao analisar os sentimentos de rejeição às candidaturas pudemos identificar intensa polarização entre os entrevistados. Parte rejeita o bolsonarismo, parte com rejeição ao petismo e parte com rejeição a ambos. Novamente a sofisticação política fez diferença, na medida em que os antibolsonaristas eram predominantemente sofisticados e os antipetistas, em sua maioria, alienados.

Finalmente, de modo paradoxal, a rejeição à polarização política na sociedade brasileira foi amplamente rechaçada pelos entrevistados, sendo com frequência apontada como causa para o abstencionismo. Não resta dúvida de que os afetos negativos à política influenciaram a abstenção eleitoral e, quando comparados à polarização ideológica, prejudicaram especialmente as candidaturas do PT em 2018 e 2022.

Resta comprovado que polarização ideológica e polarização afetiva são fenômenos independentes que podem ou não vir a ser simultâneos. No caso dos eleitores abstencionistas nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022 não se verificou a polarização ideológica, mas a polarização afetiva é presente, constituindo-se esse um fenômeno relevante na atualidade e digno de investigação. Resgatando a discussão teórica de Mouffe (2005), parece que a lógica do antagonismo está predominando sobre a lógica do agonismo no debate público, enfraquecendo a democracia e afastando eleitores da participação eleitoral.

Conclusão

Neste artigo examinamos a abstenção eleitoral sob a perspectiva da polarização política, destacando que a decisão de não votar pode ir além da apatia, refletindo sobretudo uma avaliação crítica das alternativas eleitorais disponíveis e do funcionamento das instituições democráticas. O estudo propôs investigar se a intensificação da polarização ideológica e/ou afetiva influenciou os eleitores abstencionistas nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022.

Conceitualmente, a polarização ideológica refere-se ao aumento da divergência entre as atitudes e crenças de diferentes grupos de indivíduos sobre questões políticas, sociais ou culturais. Já a polarização afetiva é caracterizada pela intensificação de emoções e sentimentos relacionados a essas mesmas questões, resultando em uma clara divisão afetiva entre grupos com posições políticas opostas. Entendemos que a relação entre os dois fenômenos é independente, visto que a polarização afetiva não é uma função da polarização ideológica, podendo cada uma atuar sobre um mesmo eleitorado, simultaneamente ou não.

O impacto de ambos os fenômenos pode ser relacionado aos conceitos de agonismo e antagonismo da teoria democrática de Chantal Mouffe (2005). Em nosso enquadramento teórico, a dinâmica do agonismo se aproxima da polarização ideológica, onde o conflito e as delimitações de diferenças políticas são essenciais para a democracia. O antagonismo, por sua vez, pode ser representado pela polarização afetiva, onde a oposição intensificada por sentimentos negativos e de rejeição ao “outro” pode levar a divisões profundas e dificultar a cooperação política. O impacto da polarização ideológica sobre a democracia, portanto, difere dos efeitos da polarização afetiva, na medida em que a primeira fortalece o sistema, dentro de um nível aceitável e estimulante de conflito, enquanto a segunda radicaliza a intensidade dos afetos políticos, tornando-os inconciliáveis. Dada a presença desses fenômenos no contexto político mundial e brasileiro e suas consequências para o sistema democrático, procuramos explorar a relação da polarização ideológica e afetiva com a abstenção eleitoral. Nossos dados foram coletados em entrevistas em profundidade com 26 eleitores abstencionistas nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e/ou 2022. O roteiro da coleta se estruturou em três módulos - memórias, sentimentos e ideologias - que nos permitiram entender suas opiniões, emoções e valores relacionados ao sistema político brasileiro. A metodologia qualitativa nos possibilitou acessar sentimentos complexos e contraditórios, assim como predisposições ideológicas que vinculavam os entrevistados, direta ou indiretamente, ao ato de votar. Dessa forma, com base

nesses depoimentos, foi possível investigar os sinais de polarização ideológica e afetiva e como elas impactam a participação eleitoral.

Assim, é crucial diferenciar e estudar os efeitos distintos da polarização ideológica e afetiva na sociedade e na política, especialmente em contextos de abstenção eleitoral. A análise desses fenômenos ajuda a compreender seu impacto na deliberação pública e no funcionamento democrático. Nossos dados resultam numa baixa polarização ideológica, verificada na moderação quanto ao posicionamento político dos entrevistados. De acordo com as informações obtidas, o perfil ideológico dos entrevistados era composto por abstencionistas, majoritariamente, intervencionistas (50%), pacifistas (70%), democráticos (55%) e progressistas (54%).

A classificação das ideologias dos entrevistados foi construída a partir de quatro eixos: econômico, diplomático, civil e social, compondo uma estratégia analítica que permitiu a compreensão das crenças e valores políticos em distintas dimensões. Ainda que não verifiquemos uma polarização ideológica efetiva, algumas ponderações são relevantes. O eixo econômico demonstrou maior polarização que os demais nas respostas dos entrevistados. Se por um lado 50% dos abstencionistas demonstraram-se a favor de medidas intervencionistas, por outro lado 40% se colocou como favorável à política do livre mercado. Nesse eixo, os abstencionistas equilibrados, aqueles que apresentaram ambiguidade em suas respostas, representaram apenas 10% dos entrevistados.

Em contrapartida, os eixos diplomático, civil e social reproduziram um padrão de posicionamentos que apontam para uma baixa polarização ideológica e um alinhamento com fundamentos à esquerda do espectro ideológico. Na dimensão diplomática, verificou-se uma adesão expressiva à política internacional pacifista (70%) e às posições intermediárias (24%). O eixo civil demonstrou um perfil de entrevistados majoritariamente (55%) aderentes a soluções democráticas para o controle da ordem pública e a posições ambíguas (31%). No eixo social, 54% dos entrevistados manifestaram um perfil progressista e 25% conservador, ao passo que as posições intermediárias (21%) desempenharam um papel de moderação do eixo.

Assim, não foi possível identificar polarização ideológica entre os entrevistados. Pelo contrário, ao analisar os eixos de classificação em conjunto, o que se verificou foi a composição de perfis alinhados ao lado esquerdo do espectro ideológico. Embora as respostas dos entrevistados formem um perfil ideológico consistente, o auto-posicionamento deles apresentou resultados contrastantes. A maioria relativa (46%) não soube ou optou por não se posicionar na escala ideológica, a segunda parcela mais numerosa se alinhou ao campo da direita (23%) e apenas 19% se situaram à esquerda do espectro ideológico. Ou seja, ainda que suas opiniões e

valores apontassem em uma determinada direção, os entrevistados resistiram em assumir um lado do espectro e, quando o fizeram, inverteram o sentido. Para compreender melhor esse fenômeno, investigamos as respostas fornecidas pelos entrevistados ao módulo do questionário dedicado aos sentimentos, assim como categorizamos aqueles que foram manifestados de forma espontânea ao longo das entrevistas. Com isso, identificamos a significância da polarização afetiva como fator parcialmente explicativo para a opção dos entrevistados pela renúncia eleitoral. No decorrer da pesquisa, selecionamos tanto os sentimentos positivos quanto os negativos, sendo estes mais expressivos no conjunto dos afetos.

Com relação aos sentimentos positivos, os mais proeminentes foram: esperança, responsabilidade, satisfação, convicção. Entre os sentimentos negativos, decepção, desconfiança, descrença, indiferença, indignação, insatisfação e tristeza foram manifestados de forma contundente entre os entrevistados. Na análise dos sentimentos, delimitamos dois padrões de abstencionistas, os intensos e os moderados. Conferimos que fator de gênero não apresentou significância para explicar a polarização afetiva, uma vez que as porcentagens de intensos e moderados entre homens e mulheres são muito semelhantes. Ainda assim, a condição de sofisticação política se mostrou como relevante na análise dos afetos. Desse modo, entre os abstencionistas intensos, 63% são alienados politicamente e 38% são sofisticados, ao passo que entre os moderados a composição se inverte, com 70% sofisticados e 30% dos alienados demonstrando moderação. A intensidade dos afetos associada à sofisticação política nos permitiu inferir que o interesse e o conhecimento políticos são um bom antídoto à intolerância das paixões políticas.

Analisamos ainda os sentimentos de rejeição às candidaturas presidenciais que foram para o segundo turno das eleições de 2018 e 2022: o antibolsonarismo e o antipetismo. O recorte de gênero não apresentou discrepância significativa da distribuição normal. Ressaltamos apenas o fato de que: i) as mulheres se demonstraram mais antipetistas (42%) do que os homens (14%) e de que ii) nenhuma mulher apresentou antipetismo e antibolsonarismo de forma simultânea. Já os dados de rejeição às candidaturas recortados por sofisticação política, nos permitem afirmar que os sofisticados rejeitam predominantemente o bolsonarismo, enquanto os alienados são majoritariamente antipetistas.

O mais curioso, entretanto, é que quase todos os entrevistados manifestam rejeição à polarização política, embora 73% tenham demonstrado sentimento negativo referente a uma candidatura em disputa. Ademais, a rejeição à polarização política foi o sentimento que mais apareceu dentre os entrevistados (88%), ao lado dos sentimentos de decepção, indiferença e

insatisfação. Dessa forma, concluímos que sentimentos negativos predominam nos abstencionistas entrevistados. Apenas quatro entrevistados não seguem esse padrão.

Assim, foi possível constatar que os abstencionistas entrevistados ocuparam predominantemente o campo da esquerda moderada. Porém, no campo das emoções, foi identificado o predomínio de sentimento de rejeição à política que nos permitiram concluir pela polarização afetiva entre os abstencionistas. Em suma, a pesquisa desenvolvida neste artigo demonstrou a ocorrência de polarização afetiva entre eleitores abstencionistas nas eleições presidenciais brasileiras recentes, sem que esta fosse um desdobramento ou aprofundamento de um movimento de polarização ideológica. Portanto, nossa pesquisa ilustra a possibilidade de existência da polarização afetiva independente do acirramento ideológico, que não foi efetivamente constatado entre os entrevistados.

O presente artigo não esgota as possibilidades de análise que as entrevistas realizadas com os abstencionistas podem oferecer. Pretendemos seguir com a investigação dos sentimentos deste grupo, sobretudo, em relação à democracia. O tema da polarização política nas democracias contemporâneas demonstra potencial analítico para uma melhor compreensão do comportamento político dos eleitores em geral. O impacto da polarização sobre a participação política e o abstencionismo eleitoral ainda requer dedicação da comunidade acadêmica, a fim de encontrar caminhos para a revitalização dos valores democráticos e das instituições que os promovem e asseguram.

Bibliografia

ABRAMOWITZ, Alan. “The disappearing center: engaged citizens, polarization, and American democracy”. London: Yale University Press, 2010.

ABRAMOWITZ, Alan I., SAUNDERS, Kyle L. “Is Polarization a Myth?” *Journal of Politics* 70:542–55, 2008.

ABRAMOWITZ, Alan. I., STONE, W. J. “The bush effect: Polarization, turnout, and activism in the 2004 presidential election”. *Presidential Studies Quarterly*, 36, 141–154, 2006.

ALDRICH, John H. “Rational Choice and Turnout, in: *American Journal of Political Science*” 37, S. 246-278, 1993.

AUSSERLADSCHEIDER, Valentina. Beyond economic insecurity and cultural backlash: Economic nationalism and the rise of the far right. ***Sociology Compass***, v. 13, n. 4, p. e12670, 2019.

BARBER, B. “Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age”. Berkeley: University of California Press, 1984.

BLAIS, A. “To Vote or Not to Vote? The Merits and Limits of Rational Choice Theory”. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

BUMGARDNER, E. “Partisan Polarization and Voter Turnout in U.S. Elections”. A Dissertation Presented in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree. Doctor of Philosophy. ARIZONA STATE UNIVERSITY, 2016.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. “Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras”. *Opinião Pública*. Campinas, vol. 24, nº 1, p. 53-89, 2018

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Phillip; MILLER, Warren; STROKES, Donald E. “The American Voter”. University of Chicago Press, 1980.

COLE, G.D.H. “Social theory”. Londres: Methuen, 1920.

DAHL, Robert. “Poliarquia: participação e oposição”. São Paulo: EDUSP, 1997.

DALTON, R. J. “Citizen politics: Public opinion and political parties in advanced western democracies”. (5th ed.). Chatham: Chatham House Publishers, 2008.

DIAS, M. R. “Abstenção Circunstancial ou Essencial: atitudes e sentimentos políticos que determinam a natureza da alienação eleitoral”. *Anais do XII Congresso Latino-Americano de Ciência Política*. Lisboa: ALACIP, 2024.

DOWNS, A. “An Economic Theory of Democracy”. New York: Harper and Row. 1957.

FEREJOHN, J. A., FIORINA, Morris P. “The Paradox of Not Voting: a Decision Theoretic Analysis.” *American Political Science Review* 68: 525-46, 1974.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo, BORBA, Julian. “Do antipetismo ao antipartidarismo generalizado: A força da rejeição aos partidos no voto em Bolsonaro em 2018”. Trabalho apresentado no 10º Congresso da ALACIP, Monterrey, 2019.

KINZO, M. D. A. “Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, 2005.

GERBER, Alan S., GREEN, Donald P. Green, LARIMER, Christopher W. "Social Pressure and Voter Turnout: Evidence from a Large-Scale Field Experiment." *American Political Science Review* 102(1): 33-48, 2008.

HABERMAS, Jürgen. “Teoria do agir comunicativo”. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HILL, S. J.; TAUSANOVITCH, C. “A disconnect in representation? Comparison of trends in congressional and public polarization”. *The Journal of Politics*, vol. 77, nº 4, p. 1.058-1.075, 2015.

HUTCHENS, M. J.; HMIELOWSKI, J. D.; BEAM, M. A. “Reinforcing spirals of political discussion and affective polarization”. *Communication Monographs*, 2019.

JAY, Sarah et al. Economic inequality and the rise of far-right populism: A social psychological analysis. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, v. 29, n. 5, p. 418-428, 2019.

LIJPHART, A. “Unequal Participation: Democracy’s Unsolved Problem.” *American Political Science Review* 91(1): 1-14, 1997.

MEDEIROS, Mike; NÖEL, Alain. “The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies”. *Comparative Political Studies*, 47, 7:1.022-1.046, 2014.

MOUFFE, C. “Por um modelo agonístico de democracia”. *Revista de Sociologia e Política*, (25), 11-23, 2005.

PATEMAN, Carole. “Participação e teoria democrática”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POWER, Timothy. "The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization." University Park, PA: Penn State Press, 2000.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. “Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.” *Opinião Pública* 24(3):486–522, 2018.

RAWLS, John. “Uma Teoria da Justiça”. (trad. Almiro Pisetta, Lenita Esteves). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REILJAN, A. “Fear and loathing across party lines (also) in Europe: affective polarization in European party systems”. *Eur. J. Polit. Res.* 59 (2), 376–396, 2019.

RIKER WH, Ordeshook PC. “A Theory of the Calculus of Voting”. *American Political Science Review*. 62(1):25-42, 1968.

RODRIGUES, L. M. “Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados”. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

ROGOWSKI, J.C., SUTHERLAND, J.L. “How ideology fuels affective polarization”. *Polit. Behav.* 38 (2), 485–508, 2016.

ROLFE, M. “Voter Turnout: a Social Theory of Political Participation”. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

ROSE, Richard; MISHLER, William. “Negative and positive party identification in post-Communist countries”. *Electoral Studies*, 17, 2:217-234, 1998.

SAMUELS, David. “Sources of Mass Partisanship in Brazil”. *Latin American Politics and Society*, 48, 2:1-27, 2006.

SAMUELS, David; ZUCCO, Cesar. “Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil”. Cambridge University Press, 2018.

SANTIN, Ricardo João. “Construção de um partido político”. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora Berthier. v. 1. 270 p., 2005.

SARTORI, G. “A Teoria da Democracia Revisitada: O Debate Contemporâneo”. São Paulo, Editora Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph A. “The theory of economic development”. Cambridge, Harvard University. 1957.

SINGH. S. P. “Beyond Turnout: How Compulsory Voting Shapes Citizens and Political Parties”. New York: Oxford University Press, 2021.

SOLIJONOV, A. “Voter Turnout Around The World”. International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), Stockholm, 2016.

WAGNER, M. “Affective polarization in multiparty systems”. *Electoral Studies*, [s. l.], 2020.

ZUCCO, César; POWER, Timothy J. "It's My Party and I'll Lie If I Want To: Elite Ideological Obfuscation in Post-Authoritarian Settings." . *LATIN AMERICAN RESEARCH REVIEW*, WILEY, v.7, n.1, p.6, 2023.

ANEXO 1

Nota Metodológica

A fim de dirimir eventuais dúvidas que possam surgir da metodologia de coleta e análise de depoimentos dos entrevistados autodeclarados abstencionistas nas eleições presidenciais de 2018 e 2022 no Brasil, optamos por redigir este pequeno documento que vai em anexo ao artigo.

O primeiro grupo de entrevistados foi recrutado a partir da aplicação da técnica de “bola de neve” em um exercício metodológico para estudantes voluntários da equipe de pesquisa, bolsistas de iniciação científica e monitores de disciplinas. Cada um recrutou um abstencionista (desconhecido) na eleição presidencial de 2018, seja através do não comparecimento ao local de votação ou da emissão de votos inválidos (brancos ou nulos), a partir da indicação de uma pessoa conhecida de cada membro da equipe. Era 2020, primeiro ano da pandemia da Covid 19, e estávamos em trabalho remoto, ainda sem saber quanto tempo levaria até que a normalidade das interações sociais se reestabelecesse, ou se em algum momento retornaria.

As entrevistas foram realizadas e gravadas por meio de aplicativos de conversas e reuniões online: *Zoom*, *Google Meet* e *Skype*. Originalmente, o grupo era formado por 4 mulheres e 3 homens. O roteiro de entrevista semiestruturado utilizado está no Anexo 2 deste artigo. O material obtido demonstrou-se potencialmente enriquecedor para o conhecimento acerca do comportamento abstencionista e as categorias analíticas começaram a se desenhar com clareza: atitudes políticas, sentimentos e sofisticação política. Nas primeiras análises do material se evidenciou a existência de ao menos dois tipos de eleitores abstencionistas: os provisórios (circunstanciais) e os definitivos (essenciais). Algumas temáticas foram recorrências espontâneas no discurso dos entrevistados, sugerindo a inclusão de algumas novas perguntas no roteiro e uma demanda por um maior número de entrevistados.

Durante a campanha presidencial de 2022, o roteiro de perguntas já estava reformulado: o objetivo era recrutar novos entrevistados e aplicá-lo logo após o primeiro turno das eleições. Com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) foi mais fácil recrutar entrevistados de forma profissional para essa nova etapa. Dessa vez foram entrevistados 11 homens e 9 mulheres. Embora nesse ano já fosse possível a realização de encontros públicos, optamos por manter as entrevistas de forma remota a fim de reduzir os custos da produção do material. Somaram-se a essas entrevistas novas rodadas com os abstencionistas já entrevistados na eleição de 2018, a fim de corrigir as diferenças no roteiro de questões e de atualizar as escolhas eleitorais de cada um deles para a eleição de 2022. Apenas uma entrevistada não foi localizada para participar dessa nova rodada de entrevistas e seu

material foi descartado do conjunto analisado, por isso, ao final, contamos com 26 depoimentos completos.

Todo o material audiovisual, somando um total de mais de 33 horas de entrevistas, foi transcrito e analisado a partir de categorias previamente definidas nas dimensões atitudinal, emocional e ideológica. Pretendemos ainda classificar todo o material em uma plataforma de análise de dados qualitativos, que pretendemos que seja o NVivo, de modo a ampliar o escopo analítico e seu potencial interpretativo.

ANEXO 2

Roteiro de Entrevistas

Identificação

- 1) Nome:
- 2) Sexo:
- 3) Idade:
- 4) Escolaridade:
- 5) Cidade/Bairro de Moradia:
- 6) Religião:
- 7) Tipo de Abstensão:
- 8) Se houve voto: em quem votou?
- 9) Como votou nas eleições de domingo (2022)?
- 10) Em caso de segundo turno, como você pretende votar?
- 11) Como votou nas eleições presidenciais de 2018?
- 12) Se as eleições presidenciais de 2018 fossem hoje, você votaria diferente?
- 13) Você acredita que a pandemia da Covid-19 influenciou sua decisão de voto em 2022? Por quê?

Memórias do Eleitor

- 1) Qual é sua primeira lembrança de eleição?
- 2) Quando começou a votar?
- 3) Qual foi a sensação de tornar-se eleitor?
- 4) Lembra a quem deu seu primeiro voto?
- 5) Seu local de votação mudou desde o primeiro voto? Quantas vezes?
- 6) Qual tem sido sua rotina em dias de votação?
- 7) Quando pensa nesses dias, a lembrança, ou sensação, é boa ou ruim?
- 8) Lembra de algum acontecimento eleitoral marcante ao longo de sua experiência como eleitor? Qual?
- 9) Lembra de alguma grande alegria?
- 10) Lembra de alguma grande frustração ou decepção?

Sentimentos do Eleitor

- 1) Segundo a Justiça Eleitoral, o voto é obrigatório no Brasil. Como você se sente com relação à obrigatoriedade do voto?
- 2) Quando você não vota, você se sente responsável pelo resultado da eleição?
- 3) Você renunciaria ao seu direito de voto?
- 4) E se o voto fosse proibido no Brasil? Como você se sentiria a respeito?
- 5) Você acredita que todo voto deve ter o mesmo peso, inclusive dos analfabetos?
- 6) Como você se sente quando pensa em si mesmo como eleitor?
- 7) Você considera o voto um dever cívico de todo cidadão?
- 8) Você acha que o seu voto conta numa eleição? Ele faz diferença?
- 9) Você vê alguma diferença entre os votos branco e nulo? Qual?
- 10) Você acha que o resultado das eleições é confiável?
- 11) Você acha que o voto é a voz do eleitor? E funciona? Você se sente ouvido?
- 12) Você tenta manifestar a sua opinião política de outra forma? Como?
- 13) Você se sente à vontade para falar sobre sua opção de voto (ou não-voto)?
- 14) Você costuma acompanhar a apuração de votos no dia da eleição?

Ideologias do Eleitor

Eixo econômico:

- 1.1) Você considera que os ricos deveriam pagar mais impostos para que o Estado possa oferecer serviços públicos e, assim, favorecer os mais pobres?
- 1.2) Você considera que é mais importante manter o orçamento do governo em ordem do que garantir condições de bem-estar para a população?

2) Eixo diplomático:

- 2.1) O que é preferível: manter relações pacíficas com os demais países ou aumentar o poderio das forças armadas?
- 2.2) Você considera que o apoio financeiro a países necessitados é uma questão humanitária ou um desperdício de dinheiro?

3) Eixo civil:

- 3.1) Você acredita que toda autoridade pode ser questionada ou por ser autoridade suas decisões devem ser aceitas sem discussão?

3.2) Você concorda que um Estado hierárquico é mais eficiente na manutenção da ordem?

4) Eixo social:

4.1) Você acha que todas as pessoas devem ter os mesmos direitos, independente de raça, cor, credo ou sexualidade?

4.2) Você considera que os valores da família tradicional são essenciais à vida em sociedade?

5) Eixo democrático:

5.1) Você considera a democracia uma forma de governo superior a todas as demais? Por quê?

5.2) Você acha que o governo deve seguir a opinião da maioria seja ela qual for?

5.3) Você considera que as instituições democráticas (Executivo, Legislativo, Judiciário) funcionam bem no Brasil? Por quê?

5.4) Você acha que os partidos políticos devem influenciar as decisões governamentais?

5.5) Você se considera de esquerda, centro ou direita? Se centro, seria mais voltado à esquerda ou à direita? Ou não se enquadra nesse eixo?

ANEXO 3

Auto-posicionamento X Sofisticação política

Entrevistados	Auto-Posicionamento	Sofisticação/ Alienação
A1	Sem identificação	Alienado
AL	Direita	Alienado
AC	Esquerda	Sofisticado
A2	Centro-direita	Alienado
C1	Sem identificação	Alienado
C2	Sem identificação	Sofisticado
C3	Sem identificação	Alienado
D	Sem identificação	Alienado
E	Sem identificação	Alienado
F	Direita	Alienado
G1	Sem identificação	Alienado
G2	Sem identificação	Alienado
I	Esquerda	Sofisticado
L1	Centro-direita	Sofisticado
L2	Esquerda	Sofisticado
L3	Sem identificação	Alienado
M	Sem identificação	Sofisticado
R1	Direita	Sofisticado
R2	Sem identificação	Alienado
R3	Sem identificação	Alienado
R4	Direita	Sofisticado
R5	Esquerda	Sofisticado
S	Esquerda	Sofisticado
T	Direita	Sofisticado
W1	Direita	Sofisticado
W2	Centro-Esquerda	Sofisticado

ANEXO 4

Planilha de polarização afetiva¹¹

Entrevistados	Sentimentos positivos	Sentimentos negativos	Total
A1	8	51	-43
AL	13	47	-34
AC	18	23	-5
A2	19	63	-44
C1	19	82	-63
C2	42	36	6
C3	6	56	-50
D	15	15	0
E	15	25	-10
F	12	45	-33
G1	17	177	-160
G2	11	33	-22
I	33	70	-37
L1	42	14	28
L2	13	26	-13
L3	13	59	-46
M	22	12	10
R1	35	81	-46
R2	14	46	-32
R3	51	88	-37
R4	10	62	-52
R5	40	35	5
S	16	96	-80
T	15	96	-81
W1	31	71	-40
W2	20	25	-5
Total	550	1434	-884
Média	21,15	55,15	-34

¹¹ Os entrevistados marcados pela coloração cinza claro são os que apresentaram intensidade de sentimentos (acima de -29).